CONTRATO**EXTRATO DE CONTRATO****N do Contrato: 03/2021**

Modalidade de Licitação: Dispensa por Cotação Eletrônica nº. 01/2021-MPC/PA
Partes: Ministério Público de Contas do Estado do Pará e a empresa
A A SANTOS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ/
MF nº 19.756.461/0001-17

Objeto: O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa para fornecimento de açúcar refinado, para atender às demandas do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, conforme termos e condições que constam do presente Termo de Referência, para um período de 12 (doze) meses.

Item	Especificação	Valor Unitário	Quantidade	Valor total
02	ACÚCAR REFINADO - PACOTES 1KG Marca/fabricante: DA BAR-RA / CAMIL ALIMENTOS	R\$ 3,48 (três reais e quatro centavos)	140	R\$ 487,20 (quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)

Vigência: 18/03/2021 a 18/03/2022

Valor: R\$ 487,20 (quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)

Nota de Empenho: 2021NE00095

Foro: Belém/PA

Data da Assinatura: 18/03/2021

Ordenador Responsável: Guilherme da Costa Sperry

Protocolo: 638120**OUTRAS MATÉRIAS****CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ****DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE PAP**

PROCESSO: 2020/0119-2

OBJETO: Coletar subsídios quanto aos requisitos e documentos exigidos de empresas em recuperação judicial para participar das concorrências públicas nº 001/2020 (processo n.º 2019/632823) e nº 02/2020 (processo nº 2019/632856), promovidas pela SEDOP, bem como em relação ao preenchimento dos demais requisitos de habilitação.

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP)

DECIDEM os Procuradores integrantes do Conselho Superior do Ministério Público de Contas, por unanimidade, homologar o arquivamento proposto, nos termos do art. 14 da Resolução nº 007/2017 do Colégio de Procuradores. Belém, 12 de março de 2021.

Presidência do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Contas Guilherme da Costa Sperry. Participaram do julgamento, além do Exmo. Sr. Presidente, os Exmos. Srs. Procuradores Patrick Bezerra Mesquita (Relator), Stephenson Oliveira VICTER e Deíla Barbosa Maia.

Guilherme da Costa Sperry
Procurador-Geral de Contas
Presidente do Conselho Superior
Stephenson Oliveira VICTER
Procurador de Contas
Corregedor-Geral de Contas
Patrick Bezerra Mesquita
Procurador de Contas
Secretário do Conselho Superior
Deíla Barbosa Maia
Procuradora de Contas
Membro do Conselho Superior

Protocolo: 638253**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ****DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE PAP**

PROCESSO: 2019/0136-5

OBJETO: Verificação dos procedimentos adotados para fins de apuração de acumulação de cargos públicos, especialmente no tocante à necessária compatibilidade de horários e ao efetivo cumprimento da jornada de trabalho prevista em lei.

INTERESSADO: Órgãos e entidades públicas estaduais

DECIDEM os Procuradores integrantes do Conselho Superior do Ministério Público de Contas, por unanimidade, homologar o arquivamento proposto, com o monitoramento da recomendação expedida, por se tratar de matéria contínua, nos termos do art. 14 da Resolução nº 007/2017 do Colégio de Procuradores. Belém, 12 de março de 2021.

Presidência do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Contas Guilherme da Costa Sperry. Participaram do julgamento, além do Exmo. Sr. Presidente, os Exmos. Srs. Procuradores Patrick Bezerra Mesquita (Relator), Stephenson Oliveira VICTER e Deíla Barbosa Maia.

Guilherme da Costa Sperry
Procurador-Geral de Contas
Presidente do Conselho Superior
Stephenson Oliveira VICTER
Procurador de Contas
Corregedor-Geral de Contas
Patrick Bezerra Mesquita
Procurador de Contas
Secretário do Conselho Superior
Deíla Barbosa Maia
Procuradora de Contas
Membro do Conselho Superior

Protocolo: 638256**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ****DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE PAP**

PROCESSO: 2020.0110-6

OBJETO: Colher subsídios acerca das ações promovidas pelo Estado do Pará para a contenção da propagação da COVID-19 e para o tratamento de eventuais infectados; fiscalizar as contratações públicas relacionadas ao enfrentamento da pandemia, bem como aquelas afetadas por ela, notadamente as relativas a contratos terceirizados.

INTERESSADO: Governo do Estado do Pará

DECIDEM os Procuradores integrantes do Conselho Superior do Ministério Público de Contas, por unanimidade, homologar o arquivamento proposto, nos termos do art. 14 da Resolução nº 007/2017 do Colégio de Procuradores. Belém, 12 de março de 2021.

Presidência do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Contas Guilherme da Costa Sperry. Participaram do julgamento, além do Exmo. Sr. Presidente, os Exmos. Srs. Procuradores Stephenson Oliveira VICTER (Relator) e Deíla Barbosa Maia. O Procurador de Contas Patrick Bezerra Mesquita não participou da votação, uma vez que impedido por ser presidente do PAP em julgamento.

Guilherme da Costa Sperry
Procurador-Geral de Contas
Presidente do Conselho Superior
Stephenson Oliveira VICTER
Procurador de Contas
Corregedor-Geral de Contas
Patrick Bezerra Mesquita
Procurador de Contas
Secretário do Conselho Superior
Deíla Barbosa Maia
Procuradora de Contas
Membro do Conselho Superior

Protocolo: 638257**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ****CONTRATO****Núm. do Contrato: 024/2021-MP/PA****Inexigibilidade de Licitação: 003/2021-MP/PA**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa MARIA LÚCIA DIAS GASPAR GARCIA (CNPJ nº 32.661.467/0001-79).

Objeto: Contratação de serviço especializado para ministrar o "Comunicação Não Violenta - Construindo Conexões", na modalidade de ensino à distância (EAD), com transmissão online, conforme as especificações e quantidades de inscrições definidas no instrumento.

Data da Assinatura: 19/03/2021.

Vigência: 22/03/2021 a 23/12/2021.

Valor global: R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.128.1494.8761;

Elemento: 3390-39; Fonte: 0101.

Foro: Justiça Estadual, Comarca de Belém.

Ordenador responsável: Dr. Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 638358**OUTRAS MATÉRIAS****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ****EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO N.º 006/2021 -MP/PJTS**

O Promotor de Justiça Titular de Terra Santa, no uso de suas atribuições constitucionais e infraconstitucionais, nos termos do art. 129, inciso III, da Constituição da República, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, art. 52, inciso VI, da Lei Complementar Estadual 57/06, artigo 9º da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, torna pública a expedição da Recomendação nº 006/2021-MP/PJTS - Procedimento Administrativo nº 000030-043/2021 que se encontra a disposição na Promotoria de Justiça de Terra Santa, situada na TV. Santa Terezinha - Centro - CEP: 68.285-000 Terra Santa - Fone/Fax: (93) 3538-1554.

RECOMENDAÇÃO n.º 006/2021 -MP/PJTS

INTERESSADO: Secretário Municipal de Saúde do Município de Terra Santa
ASSUNTO: Recomenda ao Secretário Municipal de Saúde que no processo de vacinação da população contra o COVID-19 neste município sejam OBSERVADAS RIGOROSAMENTE as diretrizes e a ordem de prioridades definidas no Plano Nacional de Vacinação e no Plano Paraense de Vacinação, mormente no que diz respeito à ordem de vacinação dos grupos prioritários definidos na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª fases do Plano Paraense, garantindo ainda que tais grupos sejam vacinados nas datas previstas no plano.
Guilherme Lima Carvalho - Promotor de Justiça

Protocolo: 638102

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 08/2021-MP/PA-PJSLP. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ torna pública a presente Recomendação visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover. RECOMENDAÇÃO Nº 08/2021-MP/PA-PJSLP (SIMP Nº 000257-998/2020). ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará. OBJETIVO/FINALIDADE: RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Cachoeira do Piriá e ao Secretário Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá: A tomada de todas as providências cabíveis para evitar a disseminação do novo coronavírus, com a fiscalização do cumprimento integral das normas previstas no Decreto Estadual nº 800/2020 (atualizado nos